

1

Reuniões e as festas

1 - Ensaio do C.E. Pedagogia (exploratório)

2 - Secundário

~~Reuniões e as festas~~



A EXPLOSAO ESCOLAR
NO ENSINO SUPERIOR

I. INTRODUÇÃO.

O problema da exploração escolar no ensino superior encontra-se no ordeno do dia.

Como se antevê com facilidade, a sua resolução não deverá envolver somente coordenadas técnicas. Como inserir a actual situação no quadro no desenvolvimento do capitalismo e do fascismo em Portugal? Como inserir a actual situação, e as eventuais vias de resolução do problema da superpopulação escolar, na luta que as unidades sociais estudantis irão levar a cabo contra o capitalismo e na definição pelas suas duas linhas fundamentais de um ensino ao serviço do povo português? Como inserir também a actual situação no conjuntura económica que o País vivevessa?

Deveremos notar ainda de mais que nos nossos escolas coordenadas técnicas se encontram bem definidas. Por um lado, existe uma insuficiência flagrante de dados relativos às situações precedentes e presente. Por outro lado, a perspectiva de composição futura do quadro da sociedade portuguesa, necessário em princípio como mais um elemento para a análise da actual situação, só pode ser feita em termos políticos. Explicitando um pouco: o capitalismo julga a formação de quadros de que não tem necessidade a priori, não compreende a educação integral, não aproveita para certas direcções as suas massas de recursos humanos. Vários aspectos complementares. Contudo, poderemos particularizar e formular certas perguntas incógnitas: serão suficientes as licenciados em Medicina quando existe todo um trabalho a fazer neste domínio e ainda no nosso País? Tendo diante de nós perspectivas de democratização, que deverá também (e essencialmente) ser económica, em que as massas populares deverão começar a fruir de distribuição de riquezas, como bloquear a formação de técnicos, tão necessários à elevação do nível de produção e à sua dinamização? Devere os ou não exigir a realização de cursos em Ciências humanas nas nossas universidades, quando se sabe que pela sua incertezas a necessidade absorverão certamente uma grande massa estudiantil? Alguns exemplos, sómente...

Outro ponto que deverá merecer a nossa atenção é a política defensiva do P.S.C., aliás bem expressa no do

documento que nos chegou às mãos e que foi distribuído a certos órgãos de informação (um reparo a fazer-lhes de já é o seu alheamento do processo de lançamento de iniciativas de discussão destas questões), em que se prepara psicologicamente o terreno para o futuro alumnus, necessariamente lançando mão de afirmações no início dos politicamente.

É tomando em conta estas considerações que nos propomos uma discussão em torno dos seguintes pontos fundamentais:

- 1) Aproximação ao problema de superpopulação escolar actual no ensino superior ; factores que o geraram.
- 2) Vias possíveis de resolução do problema: seu enquadramento em termos políticos.
- 3) Formas concretas de mobilização cívica para a sua resolução.



4

II. APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA DA SUPERPOPULAÇÃO ESCOLAR ACTUAL DO ENSINO SUPERIOR; FACTORES QUE O GERAM.

Os dados que envolvem a situação actual, mesmo que pouco precisos, são tão evidentes macroscopicamente que a sua referência aqui não deverá ser mais que sumária.

Os factores de fundo que estão na base do problema entroncam de facto na herança que legámos do fascismo; há que referir, contudo, que os acontecimentos há 6 meses ocorridos em Portugal precipitaram factores imprevistos que agridiram quantitativamente o problema, sem no entanto lhe adicionarem algo de qualitativamente novo.

A agudização do aspecto quantitativo está bem patente neste dado emisso do M.E.C.: sendo a previsão para 1979 (nos trabalhos preparatórios do dito IV Plano de Momento) de frequência do ensino superior universitário igual a 70100, já em 1974/75 o nível é de 84771 !

Porque afirmamos nós que os últimos acontecimentos em Portugal não introduziram dados qualitativamente novos no problema da superpopulação escolar ?

Responder a esta questão é analisar sucintamente a política fascista do ensino (e, em especial, o sector que nos interessa - o ensino superior).

O regime anterior, conhecedor da importância das Universidades (e do ensino em geral) quanto à prossecução dos seus interesses de classe, utilizou-a largamente como reprodutora económico-técnico-ideológica dos objectivos supremos do regime.

Além de o amoldar internamente (policinando-o activamente), de o destruir por intervenção directa (muitas escolas primárias foram fechadas depois de 1926, não se prepararam professores, etc), de deslizar o ensino da vida concreta do Povo Português, o regime fascista desenvolveu o instrumento mais apurado de condução do ensino : a selecção económico-política de discentes e docentes, estratificando a população universitária do modo aberrante que os seguintes números revelam -

Como dizia um ministro da 'Educação' fascista, é necessária 'proteger' de invasão das massas as Universidades e os estudos post-graduados'. Como veremos mais adiante, a relação de classe no ensino irá ser um dos elementos principais de incapacidade de resposta do regime a certas necessidades de desenvolvimento técnico-ocupacional na década de 60 e anos subsequentes.

Em suma... O aparelho universitário 'não necessitava' de se modernizar, alargando as suas estruturas académicas e humanas; a política ~~em~~ global de ensino 'necessitava' até de regressar, criando as condições fáceis de penetração cultural e ideológica à penetração insidiosa do Estado Novo. A Universidade 'necessitava' de manter as suas guardas avançadas de classe, de perpetuar as condições de exploração na produção, pela utilização de tecnocratas obedientes assuados das Faculdades de Ciências e Tecnologia, de sustentar ideologicamente a carreira, pela 'cousa' das Faculdades de Direito e Letras. Não necessitava de produzir muitos cães de fila porque o País se encontrava suficientemente patrulhado. Não necessitava de produzir investigadores porque, além do acrobata crítico 'ser' pernicioso, bastava a importação de técnicos estrangeiros. Durante a última Grande Guerra a burguesia portuguesa atravessou um período de relativa folga relativamente ao imperialismo estrangeiro. Alguns tempos depois a burguesia nacional tornou-se um aliado progressivamente mais unido do imperialismo estrangeiro, sendo o espaço económico português cada vez mais polido pelos monopólios. Uma consequência da pós-guerra é, pois, uma dependência cada vez mais forte de técnicas estrangeiras, bem como uma posição de crescente subalternidade de nosso sector quantitativo de técnicos, servindo além de mais (ou, em parte, com necessidade) para corpos de carácter administrativo.

Não se supõem obstáculos à continuação como tal das áreas e obsoletos estabelecimentos universitários. Não era necessária nem mais profissões nem melhores profissões, nem necessárias eram a sua melhor remuneração e condições de trabalho. Nunca foi ouvido o pedido de criação de Instituto de Orientação Pedagógica, orgão pensado por tantas personalidades eminentes.

A década de 60 jogou um papel decisivo, com o início a manutenção das Guerras Coloniais. As contradi-

ções no seio do Ensino, além de outras, atingiram progressivamente o auge, para o que foi decisivo a forte agitação estudantil e o desenvolvimento do M.A.

São grandes as dificuldades económicas e políticas, entre outras, criadas pelas lutas de libertação.

Com vista a proporcionar a alimentação de um aparelho bélico e destruidor nas Colónias em breve se ajeitou a necessidade de 'renovação' das estruturas educativas, em especial as universidades e dentro destas as de preparação de quadros técnicos. Necessidades que se avolumam, mas cuja satisfação é profundamente incompatível com a natureza repressiva e de classe do regime...

Contradições insolúveis... Modernizar o aparelho universitário significaria ter possibilidade de usar apreciáveis potenciais de investimento, o que pressuporia a existência de razoáveis estruturas económicas (fim a atingir...) e também a eliminação das avultadíssimas despesas de guerra. A um nível mais subjectivo, modernizar o ensino significaria também atribuir condições ao desenvolvimento das actividades críticas e amplamente participantes dos estudantes (e docentes) na discussão de problemas não só estritamente científico-técnicos, pedagógicos, de ensino em geral, da sua inserção futura na sociedade por via profissional, como ainda problemas económico-político mais gerais da sociedade portuguesa.

Neste contexto todas as reformas seriam, pois, profundamente artificiais e superficiais. Com Veiga Simão recrutou-se mais população estudantil dos estratos burgueses, contudo as estruturas não se mostram receptivas ao aumento. É bom assinalar neste momento que o problema da superpopulação escolar actual deve ter aqui uma origem objectiva: aumentou a população escolar mas as estruturas, por razões que bem conhecemos a que se junta a inépcia, não foram elásticas. Apenas alguns exemplos, tão bem conhecidos: a massa de professores continuou sem uma preparação específica para o sector do ensino; a massa de bons estudantes, aproveitáveis desde muito cedo para a investigação (ou a semi-investigação) e o ensino, foram completamente desaproveitados; os investigadores, seleccionados e preparados segundo moldes elitistas, não podem satisfazer às necessidades de desenvolvimento científico e técnico; as insuportáveis condições escolares manifestam-se insuficientes quer em número quer em qualidade, e a morosidade na sua construção

7

revela o desprezo completo a que se votou o ensino, o que mais se materializa pela política de secundarização económica (e não só) seguida.

Apontámos anteriormente o factor capital condicionante da actual situação de emergência : a secundarização a que foi votado o Ensino, principalmente devido à manutenção de guerras coloniais altamente dispendiosas. Assim se agravou o problema das instalações, do recrutamento de docentes, do reequipamento de edifícios.

Ainda no mesmo âmbito, o seguinte dado objectivo, elucidativo da incapacidade de resposta a uma situação ano a ano mais urgente : o índice de investimento no desenvolvimento do ensino é fraquíssimo, sendo não correntes apenas cerca de 15% das despesas.

Outro factor, também pré-25 de Abril, que conduz a uma concentração anormal de estudantes nas escolas, é o fraco índice de aproveitamento escolar: assim, menos de 10% de estudantes, em relação ao ano de entrada na Universidade, concluem o seu curso normalmente.

Os factores mais actuais podem assim ser sintetizados :

— Deterioração das condições de admissão às Universidades.

— Aumento apreciável de candidaturas ad-hoc, atraídas talvez pelas 'facilidades' que ontvêm em relação ao ensino superior nos próximos anos lectivos.

— Afluxo de contingentes especiais de alunos das Colónias (principalmente militares) e do estrangeiro (indivíduos anteriormente em situação política anormal).

III. VIAS POSSÍVEIS DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA : SEU ENQUADRAMENTO EM TERMOS POLÍTICOS.

A situação poderá considerar-se muito complexa. Em lugar dos 12000 alunos inscritos pela 1ª vez em 1973/74 temos agora cerca de 29000 alunos.

A situação da Universidade de Coimbra perde-se, contudo, dentro destes números gerais altamente embaçadores. De facto poderá dizer-se (e sem querer diminuir significativamente a amplitude do problema) que o seu caso é o menos urgente dentro do quadro das principais universidades do País : sendo a taxa de crescimento na U.C. do nº de alunos que se inscreveram para a 1ª matrícula igual a 112,5%, já na U. de Lisboa esse número é de 156,4%, na U. Técnica de Lisboa é de 200,5% e na U. do Porto é de 141,2%.

A estratégia a seguir deve ser amplamente fundamentada na análise política dos factores que apontamos como primordiais no número anterior.

Por um lado, dizer-se que é fraco o investimento no desenvolvimento do Ensino Superior é estar a jogar psicológicamente com uma situação que remonta ao fascismo e cuja situação é urgente a todo o transe. Se bem que entrando em jogo com as dificuldades veais de natureza económica actualmente existentes, a massa estudantil deverá saber comportar-se como dinamizadora de um processo de renovação que, caso estagne, comprometerá ulteriores possibilidades de êxito.

A falta de produtividade dos estudantes no Ensino Superior (e não só...) é um dado que, como é óbvio, também não poderá aparecer em abstracto. A composição de classe no seio dos estudantes, não acelerando a inserção profissional, não deverá contudo encerrar-se à margem da existência de condições objectivamente más de trabalho estudantil, a todos os níveis.

Outro ponto, abordado de modo análogamente falacioso, diz respeito à deterioração das condições de admissão ao Ensino Superior. Ao desmoronar-se a montanha do exame desmoronou-se na realidade o obstáculo mais antihumano, mais antipedagógico e anticientífico. Não pretendemos entrar aqui em considerações sobre o problema da selecção ao ensino universitário (em contexto verificável). Se bem que um esboço de compreensão das consequências de um acto desta natureza fosse possível por parte dos alunos liceais, há que reconhecer a inevitabilidade

da atitude.

Como avançar ?

Lesso abstraindo da justiça da análise ficar de pé o problema da oportunidade (e imprevisibilidade de consequências) política de qualquer medida à mercê da discussão vive entre as massas estudantis. Assim, e segundo informações de bastidores, 5000 estudantes ficaram de fora num total de 28800 ! Caso esta atitude vá avante uma Comissão triministerial (Minist. dos Assuntos Sociais, MEC, Secret. de Estado da Saúde) encarregar-se-á do estudo da utilização dos alunos excedentários, nomeadamente em trabalhos de alfabetização e animação socio-cultural, higiene pessoal, preparação de terrenos para cultivo, instalação de electricidade em algumas regiões do País, construção social e de escolas, etc. (estes alunos concorrerem novamente à Universidade, se assim o desejarem, no ano lectivo seguinte).

Problema delicado é, sem dúvida, o que diz respeito à selecção desses alunos no acesso aos estabelecimentos de ensino superior. Que critérios se adoptariam ? Parece fora de dúvida que o critério seria híbrido da informação escolar e da situação económica do aluno. Não discutiremos aqui a discussão em torno deste ponto, adiantando o levantamento à discussão...

Outro ponto que, embora já apontado no capítulo introdutório, costaria de realçar, diz respeito à necessidade de não confundir os dados excedentários com um certo 'excesso' de quadros. Admitimos que, apesar de não dispormos de informações precisas, assim acontece de facto em certas faculdades, como por exemplo a de Direito. Deveremos contudo chamar a atenção para a existência de sectores potenciais de ensino ainda inexplorados e outros, embora tradicionais, com largo campo de desenvolvimento em perspectiva devido aos novos horizontes socio-políticos que se abrem à sociedade portuguesa.

Com tudo isto não evanescemos no apontar de iniciativas concretas. Torna-se óbvio, na sequência das considerações anteriores, que a solução a apontar deverá ser de compromisso entre as dificuldades económicas que obstat a medidas mais profundas e as necessidades emanadas de uma apreciação política correcta da situação.

Para racionalizar um pouco a discussão do problema distinguir-se-ão as medidas de âmbito mais geral de outras de âmbito mais restrito.

Entendendo-se pelas primeiras as que dependem do poder de intervenção local, umas e outras deverão contudo

ser dinamizadas pelas massas estudantis, vitalmente interessadas na sua concretização.

Cabem dentro das medidas de âmbito mais geral (já tomadas, em vista de se realizarem, ou à espera de realização):

----- A criação de novos centros de ensino superior. Entram já em funcionamento no próximo ano lectivo: U. Nova de Lisboa, U. de Aveiro, Inst. Univ. de Évora, Inst. Polit^o da Covilhã, Inst. Polit^o de Vila Real, Fac. de Medicina de Santarém.

----- Criação de cursos originais em Portugal. Como exemplo os Cursos de Ciências Humanas.

----- Preparação em massa de pessoal docente de bom nível, nomeadamente através de um amplo sistema de bolsas de estudo no estrangeiro e com especial destaque e apoio aos sectores de maior carência.

----- Aproveitamento em massa dos estudantes de melhor nível para tarefas de ensino e investigação, nomeadamente através de uma ampla cobertura por professores-coordenadores e participação massiva em cursos e outras actividades no estrangeiro.

Dentro das medidas de âmbito mais restrito poderemos indicar como prioritárias :

----- Criação de novos cursos, apoiados nas estruturas já existentes. Alguns exemplos do que se pensa fazer neste domínio: criação de uma Escola de Ciências Biomédicas, no Porto (além da Fac. de Medicina já existente); Criação de um Curso de Medicina Social, no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em Lisboa.

----- Remodelação e ampliação de instalações, através de esquemas de construção acelerada. Como exemplos : remodelação das instalações em que funciona a Fac. de Letras de Lisboa (especialmente afectada pelos problemas da explosão escolar) - prazo máximo de 180 dias, bem como a construção de um pavilhão anexo - prazo máximo de 200.

41

dias; remodelação do ISCTE, no prazo de 240 dias.

----- Criação de cursos nocturnos, abrangendo essencialmente os estudantes-trabalhadores. Cabem neste ponto os projectos do IST, bem como as exigências formuladas nesse sentido por estudantes-trabalhadores em Coimbra.

----- Admissão em concurso, como tem sido feito em certas escolas, de professores e monitores, ao cuidado dos órgãos locais de gestão e em constante compromisso com a manutenção de um nível mínimo de qualidade.

Deve voltar a sublinhar-se que a dinamização deste processo tem muito a ver com a atitude crítica e exigente das amplas massas estudantis sobre um problema que não só as afecta, como também afecta todo o Povo Português, em luta por um ensino ao serviço das massas trabalhadoras e do processo de democratização em curso.